



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2015

Pregão Eletrônico SRP nº 006/2015 - Processo Administrativo nº 196/2015

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N° 010/2016

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, através da presente **Autorização de Execução de Serviço (AS)**, autoriza a empresa Styl Line Feiras Eventos e Promoções Ltda - ME, CNPJ nº 09.247.422/0001-30, sito a Rua Gaspar Barreto, 59 – São Paulo/SP, Telefones (11) 3796-6368 e (11) 7854-7008, e-mail: stylline@stylline.com.br, a fornecer os Serviços conforme descrito abaixo.

1. DATAS E LOCAL DO EVENTO:

Dia: 29/03/2016

Local: Puc Campinas

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DO PEDIDO

| ITEM | TIPO | CATEGORIA | QUANT. EVENTO | QUANT. PESSOAS | PREÇO POR PESSOA | VALOR TOTAL |
|---|--------------|-----------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|
| 08 | COFFEE BREAK | D (251 a 500 pessoas) | 02 | 300 | R\$ 19,20 | R\$ 11.520,00 |
| SUBTOTAL: R\$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais) | | | | | | |

3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.1 Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Instrumento Contratual, conforme o disposto no art. 56 § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- 3.1.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 3.1.2 Fiança bancária;
- 3.1.3 Seguro-garantia.

3.2 O prazo para prestação da garantia é de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento desta autorização, não podendo ultrapassar 24 horas antes da data do evento.

3.3 Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a Contratada apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do respectivo Termo de Aditamento ou do Apostilamento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 3.4 A Garantia Contratual prestada assegura o pleno cumprimento, pela Contratada, das obrigações contraídas através do Instrumento Editalício e do presente Ajuste, como segue:
- 3.4.1 Ressarcir o Coren-SP de quaisquer prejuízos decorrentes de eventual rescisão unilateral;
 - 3.4.2 Cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais;
 - 3.4.3 Cobrir perdas e danos causados ao Coren-SP;
 - 3.4.4 Ressarcir valores pertinentes à condenação pela Justiça do Trabalho, por responsabilidade solidária como segunda reclamada e/ou cobrir valores de depósitos judiciais.
- 3.5 Ressalvados os casos previstos no subitem anterior, a Garantia Contratual será liberada em até 60 (sessenta) dias após a data de encerramento do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais, nos termos da alínea *k*, inc. XIX, art. 19 da IN nº 02/2008, compilada pela IN nº 06/2013.
- 3.6 **Para Autorizações de Execução de Serviços com valores abaixo de R\$ 5.000,00 não será exigida Garantia.**

4 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

- 4.1 O objeto deverá ser entregue de forma conforme a necessidade, a partir de requisições que serão enviadas por meio eletrônico.
- 4.2 Os serviços serão prestados em qualquer das unidades do Coren-SP (Sede, Coren-SP Educação, Subseções e NAPes, considerando a proporção da Tabela 1 constante no Anexo II – Especificações Técnicas) ou em outros locais não definidos, dentro do Estado de São Paulo.
- 4.3 A data, o período, o horário e o local de realização de cada evento serão estipulados na Ordem de Serviço emitida pela Contratante, que deverá ser comunicada à Contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos.
- 4.4 O transporte de todo material e/ou equipamentos necessários para o fornecimento do objeto ficará a critério da Contratada, que se responsabilizará pela integridade dos itens entregues, bem como pelo seu manuseio nas dependências do local de realização do evento.
- 4.5 Quando houver necessidade de deslocamento de profissionais para a prestação de serviços em outros locais diferentes dos indicados acima, as despesas decorrentes ficarão às expensas da Contratada.
- 4.6 Caso algum item apresente falha ou vício, a Contratada deverá, às suas expensas, efetuar a substituição do item que estiver em desconformidade imediatamente à notificação ou dentro do prazo aceitável para a regularização da situação, acordado com a Contratante.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.7 Na ocasião da entrega do objeto, deverá ser apresentada a nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório/de contratação e o número da conta bancária para depósito do pagamento.
- 4.8 A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).
- 4.8.1.1 Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.
- 4.9 Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:
- 4.9.1 Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;
- 4.9.2 Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, regularidades fiscais, relatórios e outros).
- 4.10 O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

5 PAGAMENTO:

- 5.1 O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.
- 5.2 A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações apresentadas na proposta.
- 5.3 Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.
- 5.4 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

indenizações devidas pela Contratada.

- 5.5 O pagamento não será efetuado se a nota fiscal não for acompanhada da atestação de conformidade da entrega do objeto pelo Fiscal da contratação e da comprovação de regularidade trabalhista e perante o Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da Contratada, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira.
- 5.6 Caso a empresa seja optante do Simples Nacional, deverá enviar junto à nota fiscal, a declaração original nos moldes do Anexo IV da IN/RFB nº 1.234/2012 e alterações, sob o risco de ocorrer a retenção dos impostos no ato do pagamento.
- 5.7 A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.
- 5.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realização dos serviços.
- 6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- 6.3 Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.
- 6.4 Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 6.5 Solicitar a substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Termo de Referência e Especificações Técnicas, do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Edital.

- 6.6 Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.
- 6.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas deste Instrumento e com os termos de sua proposta.
- 6.8 Registrar, em sistema próprio da Contratante, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 6.9 Os representantes do Coren-SP, responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 6.10 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos entregues nos prazos e condições estabelecidos.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Caberá à Contratada, a partir do recebimento desta Autorização e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital da licitação:
- 7.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.
- 7.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.
- 7.4 Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.
- 7.5 Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.
- 7.6 Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.7 Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.
- 7.8 Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 7.9 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 7.10 Comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando cabível, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.
- 7.11 A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:
- 7.11.1 Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta aquisição.
 - 7.11.2 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.
 - 7.11.3 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.
 - 7.11.4 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
 - 7.11.5 Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição.
 - 7.11.6 Transporte e deslocamento interno e externo de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- 7.12 Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 7.12.1 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta aquisição.
 - 7.12.2 Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.
 - 7.12.3 Providenciar o transporte, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais nos endereços indicados no Termo de Referência e/ ou pela Contratante.
 - 7.12.4 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.
 - 7.12.5 Instruir seus empregados / colaboradores quanto às necessidades de acatar as



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante.

7.12.6 Manter os colaboradores devidamente identificados durante a entrega, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.

7.12.7 Informar previamente ao Fiscal do Coren-SP, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP para a execução do serviço.

7.12.8 Efetuar o serviço com o sigilo necessário.

7.13 São expressamente vedadas à Contratada:

7.14 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução decorrente do pregão.

7.15 A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

7.16 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

7.17 A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

8 SANÇÕES

8.1 Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e ser descredenciada do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

8.1.1 Apresentar documentação falsa;

8.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3 Falhar na execução do instrumento contratual;

8.1.4 Fraudar na execução do instrumento contratual;

8.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.6 Cometer fraude fiscal;

8.1.7 Fizer declaração falsa.

8.2 Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 7.1.2 e 7.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:

8.3.1 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

8.3.1.1 Em caso de atraso que ultrapasse 50% do tempo total do evento, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do serviço, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;

8.4 Para os casos de descumprimento contratual parcial, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a gradação constante na Tabela 2.

TABELA 1

| ITEM | DESCRIÇÃO | AFERIÇÃO | GRAU |
|------|---|-------------------------|------|
| 01 | Atraso no início das atividades | Por hora | 03 |
| 02 | Apresentar Cerimonialista sem qualificação para executar os serviços contratados. | Por ocorrência | 03 |
| 03 | Apresentar Cerimonialista trajando uniforme inadequado ou mal apresentado. | Por ocorrência | 02 |
| 04 | Permitir a presença de colaboradores trajando uniforme inadequado ou mal apresentado. | Por pessoa / ocorrência | 02 |
| 05 | Permitir a presença de colaboradores sem crachá de identificação. | Por pessoa / ocorrência | 02 |
| 06 | Permitir a presença de colaboradores sem qualificação para executar os serviços contratados. | Por pessoa / ocorrência | 02 |
| 07 | Entregar material com impressão desconforme ou com qualquer divergência de cor, arte, tamanho ou formato. | Por item/ ocorrência | 01 |
| 08 | Entregar material em quantidade inferior ao contratado. | Por item/ ocorrência | 02 |
| 09 | Entregar material desconforme ou com qualquer divergência de funcionalidade. | Por item/ ocorrência | 02 |
| 10 | Entregar material desconforme ou com qualquer divergência de tamanho ou qualidade. | Por item/ ocorrência | 02 |
| 11 | Entregar arranjo floral com qualquer divergência de tamanho ou qualidade. | Por item/ ocorrência | 01 |



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

| | | | |
|----|--|-------------------------|----|
| 12 | Entregar alimento ou bebida fora do prazo de validade. | Por item/ ocorrência | 03 |
| 13 | Entregar alimento ou bebida mal acondicionados/refrigerados. | Por item/ ocorrência | 03 |
| 14 | Entregar alimentos e/ou bebidas em quantidades inferiores ao contratado. | Por item/ ocorrência | 03 |
| 15 | Entregar alimentos e/ou bebidas com qualidades inferiores ao contratado. | Por item/ ocorrência | 03 |
| 16 | Entregar alimentos ou bebidas com divergências quanto a variedade, sabor, odor ou textura dos alimentos contratados. | Por item/ ocorrência | 03 |
| 17 | Apresentar material de infraestrutura em desacordo com o especificado ou inadequado para o apoio e suporte dos serviços oferecidos, como, por exemplo, toalhas, guardanapos, copos, talheres e outros objetos do item 10.1 do Anexo II deste edital em mal estado de conservação ou uso. | Por item/ ocorrência | 02 |

TABELA 2

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 01 | 2% (dois por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual |
| 02 | 3.5% (três e meio por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual |
| 03 | 5% (cinco por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual |

8.5 Para as demais condutas, e para os casos descritos nas alíneas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento Contratual.

8.6 O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

8.6.1 A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

8.6.2 Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

8.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrada judicialmente.

8.7 Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais penalidades descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art.28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.8 Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.
- 8.9 As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.
- 8.9.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.
- 8.9.2 A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.9.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.
- 8.10** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.
- 8.10.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.
- 8.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 9.1** As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000, nº 5.450/2005 e nº 7892/2013 e, subsidiariamente, o Código Civil e o Código de Processo Civil, com suas respectivas alterações, regerão as hipóteses não previstas nesta Autorização de Execução de Serviço.
- 9.2** Eventuais dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente instrumento contratual serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10 DO FORO

10.1 As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

São Paulo, 28 de março de 2016.